

SUMÁRIO

PARTE I: TEORIA GERAL DO PROTESTO

1. Visão Geral.	13
1.1 Conceito	13
1.2 Natureza jurídica	14
1.3 Regime jurídico	15
1.4 Pressupostos	15
1.5 Efeitos	16
2. Espécies.	17
2.1 Quanto à função	17
2.1.1 Protesto necessário	17
2.1.2 Protesto facultativo	18
2.2 Quanto ao tipo	18
2.2.1 Protesto comum	18
2.2.2 Protesto especial para fins de falência	19
2.3 Quanto ao motivo	19
2.3.1 Por falta de pagamento	19
2.3.2 Por falta de aceite	20
2.3.3 Por falta de devolução	21
2.3.4 Por falta de data no aceite	21
3. Princípios.	23
3.1 Princípios normativos	23
3.1.1 Princípio da Autenticidade	23
3.1.2 Princípio da Publicidade	24
3.1.3 Princípio da Segurança	24
3.1.4 Princípio da Eficácia	24

3.2	Princípios doutrinários.	25
3.2.1	Princípio da Oficialidade	25
3.2.2	Princípio da Unitariedade	25
3.2.3	Princípio da Insubstitutividade	26
3.2.4	Princípio da Celeridade	26
3.2.5	Princípio da Formalidade Mitigada	27
3.2.6	Princípio da Rogação	27
3.3	Demais princípios	28
4.	Títulos Protestáveis.	29
4.1	Visão Geral	29
4.2	Princípios.	30
4.2.1	Princípio da Literalidade	30
4.2.2	Princípio da Cartularidade.	30
4.2.3	Princípio da Autonomia.	31
4.3	Classificação.	31
4.3.1	Quanto ao modelo.	31
4.3.2	Quanto à estrutura.	31
4.3.3	Quanto às hipóteses de emissão	32
4.3.4	Quanto à circulação	32
4.4	Outros Documentos de Dívida	33

PARTE II: ESTRUTURA DO TABELIONATO DE PROTESTO

1.	Atribuições.	37
2.	Escrituração	39
2.1	Visão geral	39
2.2	Livro Protocolo	39
2.3	Livro de Protesto	40
2.4	Índices.	41
2.5	Arquivos	42
3.	Conservação	45
4.	Ordem dos Serviços	47
5.	Distribuição.	49

6. Emolumentos	51
6.1 Previsão legal	51
6.2 Depósito prévio	52
6.3 Cotação os atos praticados	52
6.4 Digitalização e gravação eletrônica	53
6.5 Isenções e gratuidade	53
6.6 Microempresário e Empresa de Pequeno Porte	53

PARTE III: PROCEDIMENTO DO PROTESTO

1. Apresentação	59
1.1 Apresentante	59
1.2 Forma da apresentação	60
1.3 Protocolização	61
1.4 Recibo ou formalização da apresentação	61
1.5 Responsabilidade pelas informações fornecidas	62
2. Qualificação	63
2.1 Visão geral	63
2.2 Títulos em moeda estrangeira	66
2.3 Títulos sujeitos à correção	67
2.4 Prazo	68
3. Intimação	71
3.1 Noções gerais	71
3.2 Intimação convencional	71
3.3 Despesas	74
3.4 Empresas representantes	75
3.5 Intimação por edital	75
3.6 Intimação durante a pandemia do COVID-19	77
3.7 Intimação no protesto especial para fins de falência	78
4. Desistência	79
4.1 Admissibilidade	79
4.2 Legitimidade para requerer	79
4.3 Forma do requerimento	80

4.4	Efeitos da desistência	80
5.	Sustação	81
5.1	Conceito	81
5.2	Efeitos	81
5.3	Procedimento	82
5.4	Emolumentos	83
6.	Contraprotesto	85
7.	Pagamento	87
7.1	Legitimados	87
7.2	Valores	87
7.3	Forma	88
7.4	Prazo	89
7.5	Quitação dada pelo tabelião	89
7.6	Incentivo à Quitação ou Renegociação de Dívidas Protestadas	90
7.6.1	O Provimento CNJ nº 72/2018	90
7.6.2	Disposições gerais	90
7.6.3	Procedimento de incentivo à quitação e renegociação de dívidas	91
8.	Registro	93
8.1	Procedimento	93
8.2	Requisitos	94
8.3	Protesto para fins falimentares	96
8.4	Cheques	97
9.	Retificações	99
9.1	Noções gerais	99
9.2	Retificação de erro material	99
9.2.1	Conceito	99
9.2.2	Forma	99
9.2.3	Legitimidade	100
9.3	Retificação de erro substancial	100
10.	Cancelamento	101
10.1	Conceito	101
10.2	Cancelamento administrativo	101

10.2.1	Noções gerais	101
10.2.2	Legitimidade para requerer	102
10.2.3	Carta de não anuência do credor	103
10.3	Cancelamento judicial	104
10.4	Formalização do cancelamento.	104
11.	Publicidade	107
11.1	Publicidade formal.	107
11.2	Alcance e limites da publicidade	107
11.3	Expedição de certidões	108
11.4	Homonímia.	109
11.5	Certidão diária em forma de relação.	109
11.6	Informações e cópias	110
11.7	Serviço centralizado para prestação de informações e fornecimento de certidões	111
12.	Central Eletrônica	113
12.1	Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto do Estado de São Paulo (CENPROT)	113
12.2	CIP – Central de Informações de Protesto	114
12.3	CRA – Central de Remessa de Arquivos	115
12.4	CENPROT – Central de Certidões de protesto	116
PARTE IV: JURISPRUDÊNCIA		
1.	Decisões do STJ	121
1.1	Protesto de outros documentos de dívida.	121
1.2	Intimações	122
1.3	Prazo	122
1.4	Dano moral pelo protesto de irregular	123
2.	CGJSP CSMSP TJSP	125
2.1	Protesto de outros documentos de dívida.	125
2.2	Intimação por edital.	126
2.3	Emolumentos	126
REFERÊNCIAS	128